

INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL E DO PEDAGOGO NO NAE DA UNISINOS

SANSONE, Ruan Carlos¹
COSTA, Angélica da²
WESCHENFELDER, Viviane Inês³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever o processo de inclusão e permanência de estudantes universitários com deficiência na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com foco no trabalho desenvolvido pelos profissionais de Pedagogia e Serviço Social do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando-se do estudo de caso descritivo e reflexivo. Os dados foram coletados por meio do acompanhamento das atividades do NAE, incluindo atendimentos individuais, registros institucionais e reflexões da equipe. Os resultados evidenciam que o NAE desempenha um papel essencial na inclusão educacional, oferecendo suporte pedagógico, psicológico e social aos estudantes com deficiência. A colaboração com o Núcleo de Formação Docente é fundamental para o acompanhamento dos professores, garantindo um ambiente acadêmico mais acolhedor e equitativo. Além disso, o NAE implementa estratégias como a identificação das necessidades dos estudantes, adaptação de materiais

- 1 Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Pedagogo, Psicopedagogo, Especialista em Educação Inclusiva e Gestão da Diversidade. Orientador Educacional. Bolsista PROSUC/CAPEs. Pedagogo do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: sansoneruancarlos@gmail.com
- 2 Especialista em Educação Inclusiva e Especial, Gestão da Diversidade nas Organizações, Terapia de Casal e Família, e Intervenções em Situações de Luto. Graduada em Serviço Social. Assistente Social do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: angelcosta@unisinos.br
- 3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: weschensfelder@unisinos.br

e metodologias de ensino, e ações de sensibilização da comunidade acadêmica. Entretanto, persistem desafios, como a escassez de recursos materiais, resistência de alguns professores e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos estudantes. O estudo destaca a relevância do NAE na promoção da equidade no ensino superior e reforça a necessidade de aprimorar políticas institucionais voltadas à inclusão no ensino superior.

Palavras-chave: Inclusão Educacional; Ensino Superior; Permanência Estudantil; Núcleo de Atenção ao Estudante

ABSTRACT

This article aims to describe the process of inclusion and retention of university students with disabilities at the University of Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), focusing on the work carried out by Pedagogy and Social Service professionals from the Student Care Center (NAE). The research adopts a qualitative approach, using a descriptive and reflective case study. Data were collected by monitoring NAE activities, including individual consultations, institutional records and team reflections. The results show that the NAE plays an essential role in educational inclusion, offering pedagogical, psychological and social support to students with disabilities. Collaboration with the Teacher Training Center is essential for monitoring teachers, ensuring a more welcoming and equitable academic environment. Furthermore, NAE implements strategies such as identifying student needs, adapting teaching materials and methodologies, and raising awareness among the academic community. However, challenges persist, such as the scarcity of material resources, resistance from some teachers and the socioeconomic difficulties faced by students. The study highlights the relevance of the NAE in promoting equity in higher education and reinforces the need to improve institutional policies aimed at inclusion in higher education.

Keywords: Educational Inclusion; Higher education; Student Permanence; Student Care Center

1 INTRODUÇÃO

A universidade deve ser um espaço inclusivo e acolhedor para todos, reafirmando seu papel democrático e sua celebração da diversidade. Como instituição social, caracteriza-se pela pluralidade de pensamentos e, conseqüentemente, pode ser palco de diferentes conflitos e desafios. No contexto acadêmico, os processos de aprendizagem devem contemplar múltiplas metodologias, respeitando as singularidades, vivências, culturas e ritmos de cada estudante⁴. Dessa forma, a perspectiva inclusiva deve abranger todos aqueles que, por diferentes razões, enfrentam barreiras no ambiente universitário, seja por dificuldades específicas, características que fogem aos padrões estabelecidos ou por serem considerados socialmente diferentes.

Neste contexto de diversidade acadêmica, destacamos um importante marco legal: a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa legislação assegura a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, garantindo o direito à educação para pessoas com deficiência, autismo, altas habilidades ou superdotação. Essa garantia se aplica a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e assegura que a educação é um direito da pessoa com deficiência, garantindo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo da vida. O objetivo é que a pessoa com deficiência alcance o máximo desenvolvimento de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

No entanto, a inclusão educacional no ensino superior privado ainda se configura como um desafio, exigindo estratégias institucionais eficazes para garantir a permanência e o êxito acadêmico de estudantes vulnerabilizado⁵. A

4 A presente pesquisa adota os estudos de gênero como ferramenta inclusiva, teórico-metodológica, reconhecendo suas implicações políticas e teóricas, bem como a relevância da utilização de formas de escrita mais inclusivas, como o(s)/a(s). No entanto, em prol da fluidez textual, optou-se pelo termo “pessoas”. Conscientes do caráter não neutro da linguagem, adotou-se a alternância de gênero (masculino/feminino) para ora professor e ora professora, e o termo “estudante” em vez de “aluno”, visando maior representatividade.

5 Adotamos a terminologia “pessoas vulnerabilizadas”, conforme Ayres (2018, p. 59), que critica abordagens individualizantes que reforçam categorias como “pessoa vulnerável”, “minorias” ou “população vulnerável”. O autor propõe a análise das situações de vulnerabilização e do desrespeito aos direitos humanos, enfatizando a necessidade de transformação desses processos para evitar a naturalização de violências, como humilhações, segregações e exclusões.

democratização do acesso ao ensino superior no Brasil tem sido impulsionada por iniciativas tanto públicas quanto privadas. Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2023, o Brasil registrou 92.756 matrículas no ensino superior, tanto na modalidade presencial quanto à distância, desses 46.006 estão matriculados em cursos presenciais (INEP, 2023). É notável o aumento expressivo no número de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, reiterando a tendência observada nos anos anteriores. Em 2023, o número de matrículas de estudantes com deficiência cresceu 17% em relação a 2022, superando o crescimento geral de matrículas no ensino superior no Brasil, que foi de 5,6% no mesmo período (INEP, 2023).

Contudo, a permanência acadêmica efetiva desses sujeitos ainda enfrenta obstáculos e barreiras significativas, como dificuldades socioeconômicas, desafios de aprendizagem e a carência de suporte institucional adequado. A inclusão nesse sentido, se faz extremamente necessária, no entanto, o seu caminho “não é algo fácil ou simples de se trilhar, ou compreender. Na realidade é complexo, pois não despreza as mazelas existentes nos diversos contextos e circunstâncias” (Orrú, 2017, p. 56).

Assim o Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE)⁶ da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), emerge como espaço fundamental para a promoção da inclusão educacional, desempenhando um papel estratégico no acolhimento, acompanhamento pedagógico e social dos estudantes. Esse movimento contribui para a efetivação de “ações que buscam garantir o acesso e permanência de todos no sistema de ensino, já que a educação inclusiva assume espaço central na quebra da lógica da exclusão”. (Thoma; Kraemer, 2017, p.198).

A Unisinos adota uma perspectiva de inclusão ampla e social, que vai além da deficiência, buscando promover a formação integral da pessoa humana e a

⁶ O Núcleo de Atenção ao Estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos foi criado no ano de 1998, com o nome de Serviço de Atenção ao Acadêmico (SAAC), durante os anos de 2010 até 2020 atuava com a nomenclatura de Núcleo de Assistência Estudantil (NAE). Em 2020 foi instituído a criação do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE), conforme sua atuação vigente. A equipe do NAE é composta por uma Assistente Social, um Pedagogo, duas acadêmicas estagiárias de Pedagogia, uma Auxiliar Administrativo, uma Psicóloga e três acadêmicos estagiários de Psicologia, disponíveis para o atendimento dos estudantes da Unisinos. O núcleo atua na construção de redes de atenção e acompanhamento e de apoio aos estudantes, mobilizando, envolvendo e criando arranjos que envolvem a coordenação de curso, corpo docente, familiares e rede de atendimento externo nos processos de aprendizagem, no que tange à educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades organizacionais, emocionais e de aprendizagem, a fim de auxiliar no desempenho acadêmico dos estudantes.

cultura do ser humano. Como descrito em seu PDI, a Unisinos (2024) enfatiza a importância de uma postura aberta e positiva em relação às diferenças sociais, étnicas, de gênero, religiosas, cognitivas, sensoriais, físicas e outras especificidades da pessoa humana. Essa postura inclusiva e intercultural visa a valorização da diversidade e a promoção da equidade, garantindo igualdade de acesso e permanência para todos os indivíduos em diversos espaços.

Por Universidade Comunitária, caracteriza-se aquela que mantém um compromisso moral e social com o contexto em que atua, abrangendo o município-sede e suas regiões de influência (Hermany; Juruena, 2016, p.119). A Unisinos, enquanto universidade privada comunitária e jesuíta, sem fins lucrativos, sustenta-se por meio das mensalidades, no qual a sua proximidade com a comunidade e o princípio da subsidiariedade fortalecem seu papel diferenciado no ensino superior.

De tal modo, este estudo tem como objetivo descrever o processo de inclusão e permanência estudantil universitária na Unisinos, focando nos processos de trabalho dos profissionais de Pedagogia e Serviço Social do NAE, ambos Especialista em Educação Inclusiva, com um recorte para os estudantes com deficiência.

Conforme descrito no documento da Política de Diversidade e Inclusão da Unisinos, a instituição compreende inclusão:

a partir de uma dimensão relacional, composta por condições de acesso e de permanência de todas as pessoas na ambiência universitária. Trata-se de criar e manter ambientes, políticas e práticas que sejam acessíveis, acolhedoras e equitativas para qualquer pessoa, promovendo o respeito pela diversidade humana. (UNISINOS, 2023, p.2)

A inclusão é um processo contínuo que demanda compromisso e posicionamento institucional. Esse posicionamento é fundamental para fortalecer a criação de espaços acadêmicos mais inclusivos e democráticos, os quais, por sua vez, têm um papel importante na formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados e aptos a construir um futuro mais justo e igualitário para todos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como um relato de experiência do tipo descritivo e reflexivo, com uma abordagem qualitativa, voltado para a investigação

das práticas e intervenções realizadas no contexto da inclusão de estudantes com deficiência na UNISINOS. Especificamente, ele se concentra nas ações desenvolvidas pelos profissionais das áreas de Pedagogia e Serviço Social no NAE, que atuam diretamente no acolhimento, apoio e acompanhamento dos estudantes com deficiência nos processos de inclusão.

O estudo adota a forma de relato de experiência, uma modalidade de produção de conhecimento que descreve vivências acadêmicas e profissionais no campo da educação superior, especificamente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, que são pilares fundamentais da formação universitária. O autor José de Souza Martins (1998) destaca que a história de vida não se resume a um simples acúmulo de fatos cronológicos, mas sim a um espaço de compartilhamento de saberes e vivências entre os sujeitos, onde o conhecimento social e afetivo é construído. Quando aplicada ao contexto do relato de experiência, essa perspectiva se configura como uma modalidade de produção de conhecimento, que transcende a mera descrição de acontecimentos e envolve a troca e reflexão sobre as experiências vividas.

Essa abordagem destaca a importância da articulação entre a prática como intervenção e a teoria, como embasamento científico, elementos essenciais para a construção de um conhecimento significativo e transformador no contexto universitário. As informações foram obtidas a partir do acompanhamento das atividades do núcleo, com o recorte do período de 2024, incluindo atendimentos individualizados, registros institucionais, como documentos internos, relatórios de atendimento, planejamento de ações, percepção e reflexões dos profissionais de Pedagogia e de Serviço Social sobre os desafios e avanços das práticas inclusivas adotadas.

Neste sentido, o relato busca não apenas descrever as experiências vivenciadas pelos profissionais junto aos estudantes, mas também oferecer uma análise crítica sobre os processos de inclusão e os desafios enfrentados. A reflexão crítica é um elemento central da construção deste estudo, permitindo que se avaliem as metodologias aplicadas, os resultados observados e as possíveis melhorias nas práticas de inclusão no contexto universitário. Como destacado por Mussi; Flores; Almeida (2021, p. 65), a relevância desse tipo de estudo reside justamente na capacidade de refletir sobre a experiência prática e de dialogar com o conhecimento científico, trazendo à tona novos entendimentos sobre o tema da inclusão no ensino superior.

Portanto, este estudo se configura como uma contribuição para a compreensão dos desafios e avanços da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, por meio de uma abordagem que integra teoria e prática, e que oferece elementos importantes para o aprimoramento das políticas e estratégias de apoio aos estudantes nesse contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta uma análise do trabalho desenvolvido pelo NAE, destacando seu papel como um serviço de inclusão educacional voltado para garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. A atuação do NAE está alinhada com as diretrizes do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), promovendo ações que visam a equidade no ambiente universitário. A partir dessa perspectiva, examinamos as estratégias implementadas, os desafios enfrentados e os impactos gerados na trajetória acadêmica dos estudantes, considerando tanto a dimensão institucional quanto as experiências dos envolvidos. No atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2024), a Universidade descreve que “o atendimento psicopedagógico é prestado pelo Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE), composto por uma equipe multiprofissional integrada por profissionais de pedagogia, psicologia, serviço social e educação inclusiva” (Unisinos, 2024, p. 121).

O acompanhamento dos estudantes começa no processo seletivo de ingresso na Universidade, identificando o tipo de deficiência e as adaptações necessárias para a realização da prova e para a permanência no estudante. O NAE notifica, por e-mail, o professor responsável pela atividade acadêmica sobre os estudantes com deficiência e outras necessidades matriculados em suas turmas, antes do início das aulas. Essa notificação inclui uma planilha com as seguintes informações do estudante: A) nome; B) número de identificação; C) atividades acadêmicas matriculado; D) tipo e descrição da deficiência ou necessidade). Além de recursos para o trabalho pedagógico docente, como tempo adicional, linguagem simples e objetiva, correção especial, prova oral, fonte ampliada, vídeo legendado e transcrição de áudios, entre outras possíveis adaptações metodológicas. No entanto, podem ser solicitadas adaptações pedagógicas a qualquer momento ao longo do período letivo, conforme a necessidade e o desejo do estudante. A Unisinos (2024) estabelece políticas e diretrizes de inclusão e acessibilidade para estudantes com deficiência ou NEE,

visando garantir seu acesso, aprendizado e permanência na instituição, desde o processo seletivo até a conclusão do curso.

Dentre as atividades⁷ do NAE para assegurar a inclusão e permanência dos estudantes universitários, destacam-se os atendimentos individuais realizados pelo Pedagogo e pela Assistente Social do núcleo. O Atendimento Pedagógico tem como principal objetivo acompanhar os estudantes na busca por estratégias para lidar com desafios acadêmicos, oferecendo orientação educacional, organizacional e pedagógica ao longo de sua trajetória universitária. O foco está no desenvolvimento de habilidades que promovam a autonomia dos estudantes. O acompanhamento pedagógico pode ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, sendo ajustado conforme as necessidades identificadas, de acordo com a avaliação do pedagogo do núcleo.

Uma das iniciativas voltadas ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes é o Apoio Pedagógico Organizacional, destinado àqueles que estão matriculados em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações, teses e projetos finais. Essa atividade, realizada pelo Pedagogo do NAE com o suporte de uma estagiária de Pedagogia, busca mediar o diálogo entre coordenação de curso, professores orientadores e estudantes, a fim de alinhar expectativas e promover um acompanhamento mais efetivo ao longo do processo de orientação.

Além dessas ações, o Pedagogo é responsável pela supervisão de estágio não obrigatório de duas estudantes de Pedagogia da Universidade. As estagiárias atuam diretamente no apoio pedagógico à inclusão, acompanhando estudantes com deficiência durante as aulas⁸. Atualmente, esse acompanhamento é realizado com dois estudantes, um deles com Síndrome de Down e outro com Transtorno do Espectro Autista (TEA)⁹, garantindo suporte personalizado e favorecendo sua participação ativa no ambiente acadêmico.

7 Destacamos, como uma ação colaborativa interdisciplinar entre as áreas da Pedagogia e do Serviço Social do NAE, o evento intitulado “Inclua-se”, que, em 2024, teve sua IV edição com o tema “Reflexões das Desigualdades”. O evento constitui um espaço de discussão, partilha de experiências e trocas de conhecimento entre estudantes e profissionais de diversas áreas.

8 A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 28 do capítulo IV, incumbe ao poder público a responsabilidade de ofertar, treinar e acompanhar os profissionais de apoio escolar em instituições de ensino públicas e privadas.

9 No caso dos alunos com TEA, a Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) previu o apoio do “acompanhante especializado” para esse público.

A atuação da Assistente Social no NAE concentra-se em oferecer um espaço de acolhimento e valorização ao estudante e/ou familiar, através de orientação, informação e análise da situação vivenciada, além do encaminhamento do caso. Conforme Pianna (2009, p. 157), o campo educacional “tornou-se um espaço importante e fundamental de atuação do assistente social, por ser ela espaço de inclusão social, garantindo a universalidade e a qualidade de seu atendimento”. Nesse sentido, a assistente social atua como agente de inclusão, buscando garantir o direito ao acesso à educação, permanência e participação promovendo a valorização dos estudantes. Suas atribuições contemplam desde o atendimento individualizado aos estudantes com deficiência até a orientação e integração das famílias e comunidades inseridas no contexto universitário, visando fortalecer a inclusão social de todos.

Segundo Gomes (2010), o Serviço Social na educação se baseia em uma interpretação ampla do processo de ensinar e aprender, considerando as dimensões cognitiva, afetiva e social, sendo esta última o foco principal do Serviço Social. A Assistente Social, integrada à equipe multidisciplinar, mantém contato constante com as famílias, incentivando sua participação na vida acadêmica dos estudantes e fortalecendo a rede de apoio. Iamamoto (2009, p. 5) destaca que a atuação efetiva do profissional não ocorre de forma isolada, mas sim como resultado “do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza”.

Nos atendimentos, a Assistente Social lida com as expressões da questão social vivenciadas pelos estudantes no trabalho, na família, na saúde, na habitação, na educação. Conforme Iamamoto (1999, p. 28 *apud* Heidrich, 2006, p. 3), a questão social, embora se manifeste como desigualdade, também se revela como uma forma de rebelião, visto que os indivíduos que a vivenciam não apenas a reconhecem, mas também resistem e se opõem a ela. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Assistente Social no Ensino Superior, especialmente no NAE, uma estratégia importante para garantir os direitos dos estudantes com deficiência, assegurando não apenas o acesso, mas também a sua permanência e participação. No tocante à inclusão das pessoas com deficiência, a Assistente Social contribui “para que as necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos” (Iamamoto, 2009, p. 4).

O atendimento social, nesse contexto, configura-se como um espaço de acolhimento, direcionado à inclusão e à permanência do estudante no ambiente

educacional, independentemente da natureza de suas demandas. Conforme Pianna (2009), a atuação do Serviço Social no âmbito universitário tem propiciado experiências profícuas, evidenciando a relevância da profissão no campo educacional, por meio de uma intervenção interdisciplinar, valorativa e reflexiva.

Assim, o atendimento aos estudantes com deficiência e outras necessidades é feito em articulação com outros setores da universidade, oferecendo suporte pedagógico, psicológico e social. Como descrito do PDI (2024-2028), “o atendimento ao estudante compreende a atenção às necessidades de acessibilidade, de recursos adaptados de aprendizagem, o acolhimento e a inclusão de estudantes com algum tipo de deficiência ou necessidade educativa especial [...]” (Unisinos, 2024, p.117). A equipe vem acolhendo e orientando os estudantes nos contextos pessoais, familiares, de acessibilidade e acadêmicos. Costa e Sansone (2024, p. 26), afirmam que “a participação e intervenção do NAE no processo de acolhimento, acompanhamento no ensino superior é importante, como agente problematizador e ativo de aproximação com a família e assessoria de inclusão aos professores”.

Em 2024, a Unisinos registrou um aumento no número de matrículas de estudantes que se autodeclararam com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) ou outras NEE. Foram 273 matrículas nesta categoria, um crescimento em relação a 2023, que contabilizou 256 estudantes autodeclarados. No que diz respeito aos acolhimentos e encaminhamentos oferecidos, em 2024 o NAE realizou 173 atendimentos. Adicionalmente, o atendimento pedagógico conduziu 347 atendimentos direcionados a 42 estudantes, que receberam acompanhamento sistemático.

Nesse processo, destaca-se uma importante frente inclusiva de articulação a parceria entre o Núcleo de Atenção ao Estudante e o Núcleo de Formação Docente¹⁰, que desempenha um papel fundamental no acompanhamento dos

10 A formação docente e o acompanhamento de professores com estudantes com deficiência e/ou outras necessidades, sempre foram demandas do núcleo de apoio pedagógico da instituição. O setor de Formação Docente atualmente integra a Gerência de Desenvolvimento de Ensino, e trabalha diretamente com as diretorias acadêmicas de graduação e pesquisa e pós-graduação (DGRAD e DPPGI). Composto por cinco profissionais, sendo quatro professoras de diferentes áreas e um estagiário, sua atuação é contínua, englobando a organização e execução de programas de formação continuada, eventos de capacitação docente, seleção de novos professores e tutores, atendimento pedagógico individual e coletivo, e participação na implementação de políticas institucionais, especialmente as relacionadas à inovação pedagógica (Weschenfelder, 2022, p. 5).

estudantes do público-alvo da educação inclusiva. O trabalho colaborativo inicia-se com a definição de diretrizes conjuntas entre os dois setores. Para isso, as equipes do NAE e da Formação Docente realizam reuniões prévias, estabelecendo os procedimentos pedagógicos e sociais para o acompanhamento dos estudantes com deficiência ou NEE, e as mobilizações¹¹ pertinentes por parte das professoras desses estudantes. O NAE encaminha à Formação Docente a relação dos professores que atuarão com esses estudantes. Em seguida, a Formação Docente convida esses professores para uma reunião, que conta com a participação da coordenação do curso, do NAE e do próprio Núcleo de Formação Docente, garantindo um planejamento alinhado às necessidades de cada estudante.

Durante a reunião, o Pedagogo e a Assistente social do NAE apresentam informações relevantes sobre o estudante, incluindo sua história de vida, potencialidades, interesses, principais desafios, o tipo e a descrição da deficiência ou NEE. As informações mencionadas são coletadas durante o primeiro contato com o estudante, denominado Atendimento de Acolhimento. Chupel (2010) destaca que, o acolhimento abrangendo três elementos interligados: a escuta atenta, a troca de informações relevante e a compreensão da situação do usuário. Nesse atendimento, os dados são registrados na Ficha de Acolhimento, utilizada pela equipe desde o ano de 2022. Este documento foi elaborado pela equipe do NAE, buscando atender as demandas necessárias para unificar as informações dos estudantes e qualificar a assessoria de inclusão prestada aos professores. O documento traz informações como o motivo da procura do serviço, como ficou sabendo do NAE, se o estudante faz ou já fez algum acompanhamento médico especializado/sistemático, se faz ou fez acompanhamento pedagógico/orientação educacional, histórico pessoal e familiar, trajetória escolar e trajetória universitária, o tipo de adaptação necessária, incluindo a motivação da escolha do curso.

Ainda na reunião, a Formação Docente oferece orientações sobre metodologias e planejamento de aulas e avaliações. O objetivo dessa atuação conjunta é garantir que os estudantes recebam o suporte necessário para seu

11 Como uma ação colaborativa interdisciplinar entre as áreas Formação Docente e NAE, acontecem oficinas com a temática da inclusão uma vez por semestre, dentro do calendário da formação continuada oferecidas aos professores. Também já foram desenvolvidos cursos de formação sobre educação inclusiva ao longo do semestre, em 2023.

desenvolvimento acadêmico e social. Em 2024 aconteceram 27 reuniões, com a participação de professores de diferentes cursos de graduação.

Nos atendimentos realizados pelo Pedagogo do NAE, os principais temas trazidos relacionados a desempenho acadêmico, dizem respeito a dificuldades de aprendizagem, reprovação, dificuldade de concentração, procrastinação. Questões de organização e planejamento da rotina de estudos, não cumprimento de prazos, dificuldades de interação e comunicação com professores e orientadores, são trazidas com frequência. Necessidade de adaptações, recursos de acessibilidade, dificuldade com plataforma online de aprendizagem também estão presentes nas falas dos estudantes.

Outro fator importante que vem se apresentando nos atendimentos realizados pela Assistente Social do NAE, são da ordem das relações interpessoais, refere-se a conflitos com colegas, dificuldade de trabalhar em grupo, problemas de relacionamento familiar. Temática que também surge e se mostra cada vez mais presente entre os universitários é a questão da pressão acadêmica, sobrecarga, excesso de atividades, necessidade de redução de carga horária, medo de julgamento e as questões financeiras e necessidade de bolsas.

O acompanhamento individualizado e as reuniões colaborativas entre os profissionais do NAE e da Formação Docente permitiram um entendimento mais profundo das necessidades dos estudantes, garantindo um suporte adequado.

O estudo revela que o processo de acolhimento e acompanhamento ocorre desde a seleção dos estudantes, com a identificação da deficiência e das adaptações necessárias para as atividades acadêmicas. A notificação aos professores é um aspecto essencial do suporte oferecido, permitindo a adoção de estratégias pedagógicas apropriadas, como tempo adicional em provas, materiais adaptados e metodologias de ensino acessíveis.

A colaboração entre o NAE e a Formação Docente também se destaca como um elemento-chave na construção de uma cultura institucional mais inclusiva. As reuniões com professores, coordenação de curso e equipe multiprofissional possibilitam um planejamento pedagógico mais alinhado com as necessidades dos estudantes, garantindo que suas potencialidades sejam reconhecidas e estimuladas.

Assim, evidencia-se que o NAE desempenha um papel fundamental na Inclusão Educacional. Embora a instituição tenha dado passos importantes, o estudo revela que persistem desafios significativos para a inclusão de

estudantes no ensino superior privado que ainda enfrenta desafios como obstáculos socioeconômicos, resistência de alguns docentes e falta de recursos especializados.

O trabalho do Pedagogo e da Assistente social funcionam como propulsores agentes da inclusão nesse processo. O Pedagogo identifica e analisa as dificuldades de aprendizagem, oferece suporte aos docentes, promove interação entre os estudantes e atua como mediador entre estudantes, professores e famílias. A Assistente Social, por sua vez, é o elo entre a universidade e a comunidade, orientando os estudantes sobre seus direitos e recursos disponíveis, promovendo a inclusão social e trabalhando junto ao pedagogo para um atendimento integral. Juntos, mapeiam os desafios, articulam soluções, sensibilizam a comunidade acadêmica e fortalecem as políticas de inclusão, garantindo um ambiente mais inclusivo, democrático e justo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) demonstra um compromisso significativo com a inclusão e a diversidade, refletido em suas políticas, práticas e na atuação do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE). Este estudo, ao descrever o processo de inclusão e permanência estudantil na Unisinos, com foco nos estudantes com deficiência e no trabalho dos profissionais de Pedagogia e Serviço Social do NAE, revela um cenário ético e moral, embora ainda com desafios a serem superados.

Apesar dos avanços institucionais, o estudo evidencia desafios ainda presentes na inclusão de estudantes no ensino superior privado. Obstáculos socioeconômicos, resistência de alguns docentes e falta de recursos materiais e humanos especializados ainda representam barreiras significativas. Conforme destacado por Orrú (2017), a inclusão educacional não é um processo simples, mas exige reflexão contínua e enfrentamento das adversidades estruturais e institucionais. Por outro lado, observa-se uma evolução na percepção institucional sobre a inclusão, indo além da deficiência e abrangendo aspectos sociais, étnicos, de gênero, religiosos e cognitivos.

Por fim, este estudo, ao relatar a experiência da Unisinos no processo de inclusão de estudantes com deficiência, contribui significativamente para a compreensão dos desafios e possibilidades da inclusão no ensino superior. A participação e a intervenção do NAE são fundamentais nesse processo,

atuando como agente problematizador e mediador no acolhimento inclusivo, no acompanhamento acadêmico e na aproximação entre estudantes, famílias e professores.

Além disso, o NAE desempenha um papel estratégico no processo de inclusão, oferecendo assessoria aos professores e professoras na implementação de práticas pedagógicas acessíveis. Em diversos momentos, os profissionais de Pedagogia e Serviço Social, participam ativamente das aulas, apresentando as possibilidades de atuação do núcleo ou promovendo discussões sobre diversidade e inclusão no contexto universitário. Dessa forma, contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, ao apoiar os docentes na adaptação de suas práticas pedagógicas e sensibilizar sobre a importância da valorização das diferenças na sala de aula. A dimensão da acessibilidade inclusiva deve ser compreendida como linguagem, ética, estética, acontecimento e intervenção, beneficiando tanto aqueles que compõem a diversidade quanto toda a comunidade acadêmica (Costa, Sansone, 2024).

A troca de experiências e o diálogo entre instituições e profissionais são essenciais para o aprimoramento das práticas inclusivas e para a construção de um ambiente educacional mais justo e igualitário. Dessa forma, torna-se imprescindível uma abordagem que reconheça as características e especificidades de cada sujeito, promovendo uma aprendizagem significativa e uma vivência acadêmica acessível.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pelo apoio fornecido por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC), que tem viabilizado a pesquisa EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Experiências Inclusivas de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas em Universidades Comunitárias (Sansone, 2025).

6 REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo. Entrevista. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 27, n. 1, p. 51-60, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5Q-M5j3Xmwbdgmfm5y85tckk/abstract/?lang=p>. Acesso em: 07 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm>. Acesso em: 07 fev. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal. 2015.

COSTA, Angélica da; Sansone, Ruan Carlos. Núcleo de atenção ao estudante: arranjos possíveis para permanência, participação e aprendizado de pessoas com deficiência no ensino superior. In: SILVEIRA, Jader Luís da (Org.) **Educação Democrática: A Arte de Ensinar e Aprender - Volume 7**. – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 176 p.: il. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/748674/4/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Democr%C3%A1tica%207.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2025.

CHUPEL, Cláudia Priscila; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 37–59, 2015. DOI: 10.20396/sss.v9i2.8634882. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634882>. Acesso em: 7 fev. 2025.

GOMES, Vanessa Lidiane. **O Serviço Social na Educação**. *Jornal do Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região*. CRESS Informativo, n.92, Out., 2010.

HERMANY, Ricardo; JURUENA, Cynthia. **As universidades comunitárias e a sua relação com o fortalecimento da esfera local**. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 33-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/biblioteca/As%20universidades%20comunit%C3%A1rias%20e%20a%20sua%20rela%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20fortalecimento%20da%20esfera%20local.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior, 2023**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/a_presentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

MARTINS, José de Souza. (1998). **O senso comum e a vida cotidiana**. *Tempo Social*, 10 (1), 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v10i1.86696>. Acesso em: 07 fev. 2025.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educação**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ORRÚ, Sílvia. **Re-Inventar da Inclusão: Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Vozes, 2017.

PIANA, M. C. (2009). **O Serviço Social na educação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez.

SANSONE, Ruan. Carlos; COSTA, Angélica. (2024). Núcleo de Atenção ao Estudante: Arranjos possíveis para permanência de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. **Anais Do Seminário De Educação, Diversidade E Direitos Humanos**, 2(1), 01-17. Disponível em: <https://revistas.cceeinter.com.br/anais-doseminarioeducacaodiversid/article/view/1233>. Acesso em: 07 fev. 2025.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo**. Curitiba: Appris, 2017.

UNISINOS. **Política de Diversidade e Inclusão**. São Leopoldo, 2023. Acesso em: 5 fev. 2024. https://www.unisinos.br/pos/stricto/images/modulos/estrito/confira-tambem/geral/Resol_CONSUN_92-23_Poltica_Diversidade_e_Inclusao.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

UNISINOS. Missão e Perspectivas 2024-2028. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. São Leopoldo, agosto de 2024. Disponível em: https://unisinos.br/images/institucional/estrutura-organizacional/Diagramacao_PDI_2024-2028_v10.pdf. Acesso em: 05 fev. 2025.

WESCHENFELDER, Viviane Inês. **Formação e acompanhamento docente para a educação inclusiva na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, jul. 2022. Disponível em: < <https://pedagogiaignaciana.com/biblioteca-digital/biblioteca-general?view=file&id=3686:formacao-e-acompanhamento-docente-para-aeducacao-inclusiva-n-a-universidade-do-vale-do-rio-dos-sinos-unisinos&catid=8>>. Acesso em: 07 fev. 2025.